

2007/06/25

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA. RESPONSABILIDADE DA NATO? (II PARTE)

Alexandre Reis Rodrigues

O propósito deste artigo é retomar a discussão do relacionamento NATO/UE no campo da segurança e Defesa, a partir do momento, há cerca de um ano,[1] em que se procurou chamar a atenção para a necessidade de rever as bases em que foi originalmente formulado e tem sido mantido sem qualquer alteração há quase uma década. Receava-se que a desejada convergência entre as duas organizações estivesse sob risco de colisão, percepção que se acentuou.



Várias oportunidades de ouvir directamente o Secretário Geral da NATO a referir a falta de diálogo entre as duas organizações, bem como comentários idênticos de outros altos responsáveis pela Aliança, num passado recente, têm confirmado as razões de preocupação. Muito esclarecedor é também um artigo na Revista Militar da autoria do tenente-coronel Pereira da Silva, que tem acompanhado detalhadamente todo o processo de relacionamento entre as duas organizações há já alguns anos e que o descreve agora como a “impossibilidade das relações UE/NATO” acrescentando que “as relações vão de mal a pior e de costas voltadas completamente uma para a outra”. [2]

O assunto continua muito actual; aliás, é tema de destaque da Presidência portuguesa da UE, dentro do programa da PESD, sob o título “Aprofundamento das Relações NATO/UE”; poderá ser também o tema central de uma conferência internacional de alto nível [3] que se está a tentar organizar para esse mesmo período. Obviamente, não será para ser tratado na elaboração da nova versão de Tratado Constitucional, mas lá virá o dia em que terá que ser frontalmente encarado. A utilidade de o tratar tão cedo quanto possível tem sobretudo a ver, na minha perspectiva, com o contributo que daí pode resultar para a institucionalização de uma nova vertente de solidariedade europeia, na área da segurança e defesa.

Na breve análise da situação, que faço seguidamente, parto de três pressupostos principais que julgo necessário clarificar desde já:

- A NATO vai continuar, por vontade de todos os seus membros, a desempenhar um papel essencial como uma das principais âncoras do sistema de segurança mundial, com uma multifacetada componente militar de alcance global, graças à participação americana, e cuja utilidade, quer para a resolução de crises e conflitos, quer para a prestação de ajuda humanitária, tem continuado a ser sucessivamente comprovada.
- O caminho da UE no sentido de passar a ter uma dimensão política coerente, para além da económica, financeira e monetária, comercial, agrícola, etc., já consolidadas, está irreversivelmente traçado, não obstante não esteja livre de obstáculos que dificultarão, de várias formas, a marcha.
- O desenvolvimento da PESC é um elemento incontornável do processo de construção europeu, a partir do momento em que em Maastricht se decidiu que a UE deveria ser capaz de fazer ouvir a sua voz na cena internacional, expressar a sua opinião sobre os conflitos armados ou qualquer assunto ligado aos princípios fundamentais e valores que os europeus se comprometeram defender.

Feito este esclarecimento, lembra-se que não obstante não ser geralmente posta em causa a coexistência das duas organizações, continua em aberto a questão do papel que cada uma deve desempenhar. É exactamente esse o ponto aonde se pretende chegar, tendo em conta a sugestão inicialmente feita de que seria necessário encontrar uma nova fórmula de divisão de tarefas e a sugestão ulterior de reconsiderar a forma como está atribuída a responsabilidade pela segurança colectiva da Europa.

Para a divisão de tarefas, foram sugeridas várias opções: por exemplo, uma eventual combinação de critérios de natureza geográfica com outros de carácter funcional, distinguindo, por exemplo, entre operações de estabilização e de apoio à manutenção da paz com defesa territorial; uma divisão de tarefas de acordo com o grau de exigência operacional, distinguindo entre as chamadas operações de natureza *soft*, isto é, no espectro mais baixo do conflito, e as operações *hard*, requerendo meios com grande potencial de combate ou, finalmente, qualquer outra fórmula de complementaridade

tendo em conta o facto de nenhuma das duas organizações ter por si só todos os meios que possam ser necessários.

Subjacente às variações atrás referidas, está a ideia de otimizar as mais valias específicas de cada organização - na UE para as tarefas de estabilização e reconstrução e na NATO para as operações essencialmente combatentes, implicando enfrentar uma força armada inimiga - mas evitando qualquer subalternização relativa da importância de cada ou imposição rígida de baias nos respectivos campos de actuação. Tratar-se-ia fazer um ajustamento institucional que garantisse a parceria estratégica acordada na Declaração Conjunta de 16 Dezembro de 2002.

Pode-se agora perguntar: deve a discussão dos eventuais ajustamentos a fazer entrar na área da responsabilidade pela defesa colectiva? O assunto é delicado e obviamente sensível mas parece merecer pelo menos uma discussão, em função das alterações entretanto ocorridas no ambiente de segurança mundial.

A UE, em algumas áreas de actuação, é já reconhecida como um actor global, capaz de influenciar acontecimentos; não o é, no entanto, na área da segurança e defesa. Embora alguns não hesitem atribuir-lhe a classificação de superpotência, a UE não só não tem essa postura como também nem sequer mostra vocação para assumir esse estatuto. A classificação que melhor lhe assenta, e sobre a qual há relativo consenso, é a de “potência civil”, ou seja uma potência normativa que faz do seu exemplo, do modelo político que adoptou, o seu principal instrumento de influência externa (“o farol para a europeização do mundo”). É uma potência que não reconhece, pelo menos nos termos do passado, a ligação tradicional entre o ter influência política externa e ter poder militar, assumindo que o último não mantém hoje o papel decisivo que tinha antes.

Nada nos sugere que esta opção possa a vir a sofrer alterações substantivas; é, aliás, aquela em que os europeus melhor se revêm; enquadra-se bem no actual ambiente internacional e na dinâmica da globalização; suscita uma adesão mais fácil aos princípios fundamentais e valores que a UE defende, usando mais a “arma” da criação de oportunidades atractivas do que a arma das ameaças. Porém, contrariamente ao que poderia sugerir uma leitura apressada do termo “potência civil”, esta designação nunca pretendeu ser sinónimo de ausência de uma componente militar; tem a ver, apenas, com a forma como concebe o possível emprego dessa vertente de poder, considerando-o numa perspectiva abrangente, sempre em conjunto com outras formas de exercer influência, de uma forma mais interdependente e sistémica e sobretudo centrada mais nas pessoas do que nos territórios.

Actualmente, a UE apenas considera intervenções militares no âmbito externo, para o cumprimento das chamadas missões de Petersberg, designação que procura delimitar as intervenções ao âmbito restrito das missões de apoio à paz, de estabilização, de reconstrução e de natureza humanitária. O que estiver fora deste âmbito ou possa entrar na área da defesa colectiva mantém-se no campo exclusivo da NATO, embora tenha sido admitido que, um dia, a PESC abranja todas as questões relacionadas com a segurança da União, incluindo a “definição gradual de uma política de defesa que poderá conduzir a uma defesa comum”. Quando será esse dia e que condições será necessário observar para que se dê esse passo nunca foi esclarecido; a questão tem-se posto mais como uma remota possibilidade, para um futuro distante, que ninguém parece de momento querer encarar frontal e objectivamente.

Compreende-se o cuidado político posto na antevisão desse possível desfecho; os países membros têm mostrado falta de apetência em encararem essas novas responsabilidades, havendo ainda muitos problemas a resolver antes. Alguns dos países membros, as antigas repúblicas do Leste, que são também membros da NATO, olham para esta e não para a UE como a organização que lhes pode garantir a segurança de que precisam e que lhes excluiu qualquer possibilidade de voltarem ao passado; a maioria, incluindo tanto a “velha” como a “nova” Europa, considera que o mais importante de tudo é preservar o relacionamento transatlântico e teme que isso possa ser perturbado por qualquer alteração de fundo no estatuto da Aliança, em especial se for consequência de um processo de “autonomização” europeia.

Estas perspectivas fazem algum sentido mas precisam de ser debatidas mais profundamente e ponderadas à luz do seu impacto no projecto europeu, principalmente se representam obstáculos ao seu desenvolvimento, o que receio ser o caso.[4] Definitivamente, não estou a referir-me à criação de um pólo alternativo de poder aos EUA (nem isso estaria ao alcance da Europa) mas apenas a uma relação estratégica que para ser mais equilibrada não pode continuar tão dependente dos EUA em termos militares.

A área da defesa colectiva da Europa, por exemplo, como responsabilidade comum primariamente europeia, deverá tornar-se progressivamente indissociável do projecto político de construção da

União, com um caminho já traçado nesse sentido. Aos que alegam com a indisponibilidade dos europeus para mais cedência de soberania deve lembrar-se que não se sugere nada diferente do que já existe em relação à NATO, onde, curiosamente, as políticas de defesa estão mais integradas do que na UE. O desafio verdadeiramente importante que ainda existe é integrar mais as políticas de defesa europeias, sem o que a Europa pouca relevância militar terá, mas essa necessidade também existe na actual esfera da NATO, exactamente nos mesmos termos.

Como veremos seguidamente, ainda que de forma abreviada, não será nenhuma das evoluções referidas no anterior parágrafo, que poderá pôr em causa a existência da NATO, embora requeira que os seus termos de referência sejam globalmente revistos; mas isso é uma necessidade que já vem de trás.

Seria útil que começássemos por nos entender sobre o que quer dizer “autonomização” neste contexto; se significa a capacidade de intervir militarmente com meios próprios, incluindo elementos de transporte, de sustentação e comando, então “autonomia” significa precisamente aquilo que os europeus mais têm sido pressionados a adquirir tendo em vista ganhar uma credível capacidade de intervenção externa; se significa que os europeus se pretendem assumir como primariamente responsáveis pela estabilidade e segurança na sua própria região, incluindo a vizinhança próxima, então também não é de esperar discordância dos aliados americanos, cada vez menos disponíveis para manterem compromissos em áreas onde já não têm em jogo interesses estratégicos decisivos.

A NATO, sob a liderança americana, evoluiu de uma organização de defesa regional para uma organização de segurança que se ainda não é de natureza abertamente global também já não é apenas regional; foi à NATO que o Governo paquistanês recorreu directamente para obter ajuda humanitária para resolver a situação de calamidade provocada pelo tremor de terra em Caxemira; foi à NATO que o mundo recorreu para enviar ajuda para a Flórida na sequência do furacão Katrina; é à NATO que a ONU tem recorrido para a resolução de diversas crises e conflitos, por exemplo nos Balcãs e no Afeganistão. Nos seus esforços de alargamento de áreas de interesse, depois dos novos relacionamentos com a Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul e Japão é agora a África que se perspectiva no seu horizonte para o curto prazo, já com uma presença, embora modesta, no Darfur.

É destes envolvimento concretos que hoje a NATO retira a relevância que mantém e que deve continuar a ter no futuro, com o contributo europeu como parte integrante do seu núcleo duro; já não é da garantia de defesa colectiva que assegura aos seus membros, responsabilidade que perdeu com o fim da Guerra Fria a acuidade e premência que então muito justificadamente então tinha; o seu campo de actividade e principal interesse deixou de situar na Europa.

É chegada a altura de se assumir as implicações desta realidade, inclusivamente a necessidade de colocar a segurança e defesa da Europa primariamente sob o cuidado dos europeus. Melhor seria, portanto, que esta ideia começasse desde já a ser interiorizada até porque decorrerá daí mais um importante pretexto para implicar os estados membros numa nova dimensão de solidariedade - a da segurança e defesa - no caminho para um destino comum.

[1] “A NATO e a Política Europeia de Segurança e Defesa. Em colisão ou convergência?”, Cadernos Navais, Julho-Setembro de 2006, Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, Edições Culturais da Marinha.

[2] Revista Militar, nº 2463, Abril de 2007.

[3] Iniciativa conjunta da Comissão Portuguesa do Atlântico e do Instituto Português de Relações Internacionais, com o apoio da NATO.

[4] Ver artigo anterior: “A Defesa Colectiva da Europa. Responsabilidade da NATO?” em Jornal Defesa e Relações Internacionais.

125 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/05/23

AS DECLARAÇÕES FINAIS DA CIMEIRA DE CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/05/14

“SMART DEFENCE” NA CIMEIRA DE CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/05/05

A CIMEIRA DE CHICAGO E O RELACIONAMENTO TRANSATLÂNTICO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/04/28

A POSTURA NUCLEAR DA NATO. DA CIMEIRA DE LISBOA PARA CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/04/07

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA, DEPOIS DE LISBOA

Alexandre Reis Rodrigues

2012/03/24

A CIMEIRA DE CHICAGO: RUMO AO FUTURO

Pedro Santos Jorge[1]

2012/03/02

AS ILHAS FALKLAND. TRINTA ANOS DEPOIS DO CONFLITO DE 1982

Alexandre Reis Rodrigues

2011/10/14

A NATO E A PCSD DA UE, NO PÓS LÍBIA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/07/22

DISSUAÇÃO SEM ARMAS NUCLEARES? (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2011/05/24

A EXPANSÃO DA OTAN NA ÁSIA E SUAS IMPLICAÇÕES (RÚSSIA, CHINA E ÍNDIA)

Arthur Sá Anunciação[1]

2011/04/25

ESTRATÉGIA DA NATO E SEGURANÇA MARÍTIMA[1]

Nuno Sardinha Monteiro[2]

2011/04/16

A INTERVENÇÃO DA NATO NA LÍBIA. FICÇÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/03/20

O DESTINO DE KHADAFI E A SEGURANÇA EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/01/17

A EVOLUÇÃO DA POSTURA ESTRATÉGICA DA NATO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/12/19

A UE E O FUTURO DA COOPERAÇÃO ESTRUTURADA PERMANENTE

Alexandre Reis Rodrigues

2010/12/09

O CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO À ESPERA DA REUNIÃO DE MINISTROS DA DEFESA EM JUNHO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/11/26

O REGRESSO DO NUCLEAR E A ALIANÇA ATLÂNTICA (II PARTE)

Francisco Proença Garcia[1]

2010/11/25

O REGRESSO DO NUCLEAR E A ALIANÇA ATLÂNTICA (I PARTE)

Francisco Proença Garcia[1]

2010/11/16

A NATO E PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA

Luís Brás Bernardino[1]

2010/11/07

As “NOVAS MISSÕES” DA NATO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/10/18

RÚSSIA, PARCEIRO INDISPENSÁVEL?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/10/09

A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA EUROPA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2010/09/24

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO. DUAS QUESTÕES POLÉMICAS[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/09/21

OTAN 2020 – REFORÇO DA DEFESA COLECTIVA E AFIRMAÇÃO DA SEGURANÇA COOPERATIVA – O MODELO POSSÍVEL, NECESSÁRIO OU DE TRANSIÇÃO?

Rui Ribeiro Vieira[1]

2010/09/17

PORTUGAL, A NATO, O ATLÂNTICO SUL E O BRASIL

João Brandão Ferreira

2010/08/19

A DEFESA ANTI-MÍSSIL. PRIORIDADE PARA A NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/08/11

O QUE SERÁ VENCER NO AFGANISTÃO?

Alexandre Reis Rodrigues

2010/07/09

A INTERVENÇÃO MILITAR DA OTAN NA JUGOSLÁVIA[1]

Carlos Ruiz Ferreira[2] (Brasil)

2010/05/18

O RELATÓRIO ALBRIGHT

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/22

AS ARMAS NUCLEARES DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/15

AS RELAÇÕES NATO/UE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/11/14

COMPROMISSOS BRASILEIROS COM A GLOBALIZAÇÃO: AS OPERAÇÕES DE PAZ?

Oliveiros S. Ferreira (Brasil)

2009/09/17

INTERNATIONAL SECURITY AND NATO[1]

Inês de Carvalho Narciso

2009/09/14

A «AFEGANIZAÇÃO» DA ESTRATÉGIA DA ISAF

Alexandre Reis Rodrigues

2009/09/01

AS ARMAS NUCLEARES E A REVISÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2009/07/28

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2009/05/14

Os GRANDES DESAFIOS DA NATO[1]

Victor Marques dos Santos[2]

2009/05/13

A NATO[2]

Francisco Proença Garcia[1]

2009/04/07

A SOLUÇÃO POLÍTICA PARA O AFGANISTÃO E A UE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/04/02

A REFORMA DA SEGURANÇA E DA DEFESA NA GUINÉ-BISSAU – O APOIO DA UNIÃO EUROPEIA

Luís Marquês Saraiva[1]

2009/03/31

REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA – UM PERFIL MILITAR PÓS-MODERNO[1]

Luís Marquês Saraiva[2]

2009/03/25

A CIMEIRA DOS 60 ANOS DA NATO E A UNIÃO EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2009/02/01

QUO VADIS NATO? – OS GRANDES REPTOS PARA A ALIANÇA

Luís Falcão [1]

2008/11/14

EUA. O QUE SE PODE ESPERAR DE OBAMA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/11/07

ESDP IN STRATEGIC NEIGHBOURHOODS: PROMISES OF STABILITY THROUGH INTERNATIONAL MILITARY COOPERATION

Sandra Fernandes e Luís Saraiva

2008/10/24

RÚSSIA - A DOCTRINA MEDVEDEV

Alexandre Reis Rodrigues

2008/10/01

A NATO, A UCRÂNIA E A ESQUADRA RUSSA DO MAR NEGRO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/09/06

A TURQUIA E O CONFLITO NA GEÓRGIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/08/27

ATÉ ONDE IRÁ A RÚSSIA, DEPOIS DA GEÓRGIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/08/20

A GEÓRGIA E O RELACIONAMENTO DO OCIDENTE COM A RÚSSIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/08/14

Os ACONTECIMENTOS NO CÁUCASO E OS JOGOS OLÍMPICOS

Luís Falcão

2008/08/11

GEÓRGIA: MAIS LONGE DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/07/28

O KOSOVO E A PRISÃO DE RADOVAN KARADZIC

Alexandre Reis Rodrigues

2008/07/20

O IMPASSE IRANIANO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/05/14

A “NOVA” RÚSSIA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/26

Os SISTEMAS LOGÍSTICOS NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Pereira de Melo[1]

2008/04/09

A CIMEIRA DE BUCAREST E O “ALARGAMENTO” DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/25

O QUE SERÁ A RÚSSIA DE MEDVEDEV?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/07

QUE ESTRATÉGIA SEGUIRÁ A RÚSSIA NA INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/12

A INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO: UMA PERDA ESTRATÉGICA PARA A EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/01

QUE ESPERAR DA CIMEIRA DE BUCAREST?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/01/02

AS IMPLICAÇÕES DO SISTEMA NORTE-AMERICANO DE DEFESA ANTIMÍSIL PARA A EUROPA

Joana Gonçalves, Milena Batista, Sofia Alves e Tiago Maurício

2007/12/28

PORQUE ESTÁ EM CAUSA O TRATADO CFE

Alexandre Reis Rodrigues

2007/12/27

RÚSSIA SUSPENDE PARTICIPAÇÃO NO TRATADO DE FORÇAS CONVENCIONAIS DA EUROPA

Marcelo Rech[1]

2007/12/21

KOSOVO. MAIS UM COMPASSO DE ESPERA!

Alexandre Reis Rodrigues

2007/12/12

A MELHOR FORMA DE COMEMORAR OS 60 ANOS DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/11/30

KOSOVO: A ATRACÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/10/21

DARFUR: O SILÊNCIO E A ESPERANÇA DA ÚLTIMA FRONTEIRA

Francisco José Leandro

2007/10/11

A GEÓRGIA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/10/04

A RÚSSIA PÓS PUTIN

Alexandre Reis Rodrigues

2007/10/02

OS PORTUGUESES NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – O DIAMANTE ESQUECIDO DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA[1]

Nuno Manalvo[2]

2007/09/17

UCRÂNIA. ELEIÇÕES DENTRO DE DUAS SEMANAS

Alexandre Reis Rodrigues

2007/09/17

AFEGANISTÃO FORA DE CONTROLE

Marcelo Rech[1]

2007/08/03

RÚSSIA DECLARA MORATÓRIA AO TRATADO DE REDUÇÃO DAS FORÇAS CONVENCIONAIS NA EUROPA

Marcelo Rech[1]

2007/07/29

A VERTENTE DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA NATO: UMA DUPLICAÇÃO DO PAPEL DAS NAÇÕES UNIDAS?

Nélia Rosário Ribeiro

2007/07/26

DE UMA FORMA OU DE OUTRA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/07/02

A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DA LITUÂNIA

Daniela Siqueira Gomes[i]

2007/05/25

A HERANÇA ALEMÃ PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/19

A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA: RESPONSABILIDADE DA NATO?[1]

Alexandre reis Rodrigues

2007/04/19

THE TALIBAN THREAT IS NOT JUST AMERICA'S BURDEN[1]

Robert Hunter[2]

2007/04/01

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA. UM PROBLEMA PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/02/20

UMA PARCERIA COM A RÚSSIA. É POSSÍVEL PARA O CURTO PRAZO?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/01/20

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (III PARTE)

João Brandão Ferreira

2007/01/19

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOEPOLÍTICAS (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2007/01/18

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (I PARTE)[1]

João Brandão Ferreira

2006/10/27

A GEÓRGIA E A NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/10/26

A CAMINHO DE RIGA, PELO AFGANISTÃO[2]

Miguel Moreira Freire[1]

2006/10/04

A EUROPA NOS PLANOS DOS ESTADOS UNIDOS

Marcelo Rech[1]

2006/09/11

O IMPASSE AFGÃO

Alexandre Reis Rodrigues

2006/07/30

LA OTAN Y LA TRANSFORMACION[1]

Miguel Fernández y Fernández (Alm. da Marinha de Espanha)

2006/07/20

AFGANISTÃO. A HISTÓRIA VAI REPETIR-SE?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/07/18

O FUTURO DA NATO

António Borges de Carvalho

2006/07/17

A CIMEIRA DA NATO EM RIGA

Alexandre Reis Rodrigues

2006/04/27

A SEGURANÇA ENERGÉTICA

Alexandre Reis Rodrigues

2006/04/06

A SEXTA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

João Brandão Ferreira

2006/01/22

EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?

João Nuno Barbosa

2005/12/18

É TEMPO DE MUDAR! DIZ AZNAR.

Alexandre Reis Rodrigues

2005/11/29

NATO OU PESD? OU AMBAS?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/11/01

UCRÂNIA. A CAMINHO DA NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/10/06

O QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/07/17

A PRESIDÊNCIA BRITÂNICA DA UNIÃO EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2005/07/13

AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS: GALILEU VS GPS

Vera Gomes

2005/04/06

NATO AND THE EUROPEAN UNION: INEVITABLE PARTNERS

Robert E. Hunter, US Ambassador in NATO 93/98

2005/02/26

BUSH NA EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/12/13

A NOVA OTAN?

Maria João Militão Ferreira

2004/11/27

PARCEIROS OU RIVAIS?

Alexandre Reis Rodrigues

2004/10/29

A AGÊNCIA EUROPEIA DE SEGURANÇA MARÍTIMA E A AUTORIDADE DO ESTADO NO MAR [1]

Francisco Duarte Lima

2004/10/12

UMA NOVA DOCTRINA DE SEGURANÇA PARA A EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/08/10

A NATO E A CIMEIRA DE ISTAMBUL

Alexandre Reis Rodrigues

2004/05/22

AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

Alexandre Reis Rodrigues

2004/05/14

A DEFESA EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/04/08

O ALARGAMENTO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2004/04/08

O ALARGAMENTO DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2004/03/21

A TURQUIA E A UNIÃO EUROPEIA

João Vieira Borges

2004/03/16

A NATO E O MÉDIO ORIENTE

Alexandre Reis Rodrigues

2004/02/23

SEGURANÇA E DEFESA NA UNIÃO EUROPEIA; DO DESCONHECIMENTO À PROSPECTIVA

João Vieira Borges

2004/02/19

A UE E A RÚSSIA

António Silva Ribeiro

2004/01/07

A TRANSFORMATION EN LA OTAN

Almirante SPN Miguel A. Fernández y Fernández (SACLANTREPEUR)

2003/12/03

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (V)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/11/11

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (IV)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/27

AS CRISES DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/20

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (III)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/09

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2003/10/08

A FORÇA DE RESPOSTA DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2003/09/30

PORTUGAL E A ZEE DA UNIÃO EUROPEIA

João Vieira Borges